

**Ex.mo Senhor  
Presidente da Assembleia da  
República**

<b>Registo</b>	<b>V. Ref.<sup>a</sup></b>	<b>Data</b>
I_COM1XV/2023/11		25-01-2023

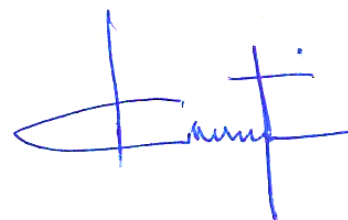
**Assunto: Relatório da participação da Assembleia da República na Reunião Interparlamentar da Comissão dos Direitos das Mulheres e da Igualdade dos Géneros (FEMM) do Parlamento Europeu | Bruxelas (por videoconferência)**

Nos termos do n.º 4 do artigo 42.º do Regimento da Assembleia da República e para o efeito da sua publicação na II Série-D do DAR, junto se envia a Vossa Excelência o relatório sobre a participação da Assembleia da República na reunião organizada pela Comissão dos Direitos das Mulheres e da Igualdade dos Géneros (FEMM) do Parlamento Europeu dedicada ao tema «Convenções de Género», que decorreu em Bruxelas, por videoconferência, no passado dia 8 de dezembro de 2022, na qual participaram os Senhores Deputados Patrícia Faro (PS), Catarina Rocha Ferreira (PSD) e Bruno Nunes (CH), em representação da Subcomissão para a Igualdade e Não-Discriminação da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias.

O conteúdo do presente relatório foi apresentado na reunião da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias de 25 de janeiro de 2023.

Com os melhores cumprimentos,

**O Presidente da Comissão,**



(Fernando Negrão)

**Anexo: Relatório**



Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias

**RELATÓRIO DA PARTICIPAÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA NA REUNIÃO  
INTERPARLAMENTAR DA COMISSÃO DOS DIREITOS DAS MULHERES E DA  
IGUALDADE DOS GÉNEROS (FEMM) DO PARLAMENTO EUROPEU**

**Bruxelas, 8 de dezembro de 2022  
(videoconferência)**

A delegação da Assembleia da República integrou os seguintes Deputados:

- *Deputada Patrícia Faro (PS), Subcomissão para a Igualdade e Não-Discriminação da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias - chefe da delegação*
- *Deputada Catarina Rocha Ferreira (PSD), Subcomissão para a Igualdade e Não-Discriminação da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias*
- *Deputado Bruno Nunes (CH), Subcomissão para a Igualdade e Não-Discriminação da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias*

A assessoria foi prestada por Catarina Ribeiro Lopes, Representante da Assembleia da República junto das instituições da União Europeia, e pelo assessor da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, Manuel Gouveia.

Da [agenda](#) da reunião, subordinada ao tema *Convenções de Género*, constavam os seguintes pontos:

**- Sessão de abertura e notas introdutórias**

Robert BIEDROŃ, *Presidente da Comissão dos Direitos das Mulheres e da Igualdade dos Géneros do Parlamento Europeu*, deu as boas-vindas aos colegas dos Parlamentos nacionais e referiu-se à transversalidade do género como ponto essencial para garantir a igualdade entre homens e mulheres, direito base consagrado na legislação europeia e que deve ser refletido em todas as suas políticas. Deu nota que 39% dos membros do Parlamento Europeu (PE) são mulheres (mais do que nos Parlamentos nacionais, onde são cerca de 30%) e frisou que o PE tem tentado reforçar a igualdade, seguindo um plano de ação de género e também combatendo o assédio, reconhecendo, no entanto, que ainda muito havia a fazer neste âmbito.

Por seu turno, o Vice-Presidente do Parlamento Europeu, Dimitrios PAPANICOLAOU, referiu, nas suas breves notas introdutórias, a importância do debate deste tema com os Parlamentos nacionais e a troca de boas práticas neste âmbito. Mencionou a aplicação pelo PE de um roteiro para avançar nas questões de igualdade, integrando-a nas políticas da instituição, não só na esfera política, mas também no que se refere aos trabalhadores do PE. Embora com melhorias visíveis, admitiu que o PE ainda não atingiu os números que pretendia no âmbito do preenchimento, por mulheres, de cargos



Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias

de chefia e de direção. Recordou a importância dos indicadores de participação feminina e da sua análise para continuar a criar planos e roteiros para a igualdade de género. Sobre o assédio, reiterou que a política do PE é de tolerância zero, estando em vista a criação da figura de mediador para apresentação e deteção precoce destas situações, bem como ajuda às vítimas, procurando ultrapassar o obstáculo da desconfiança.

#### **- Sessão I: Políticas anti-assédio - implementação e sanções**

A primeira oradora, Irène TOLLERET, *co-relatora permanente sobre Convenções de Género da Comissão FEMM*, focou a sua intervenção no papel do PE enquanto legislador, mas também empregador, no combate ao assédio, devendo ser exemplar nesta matéria, mantendo os seus membros uma conduta irrepreensível no exercício das suas funções. Destacou o trabalho da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa na prevenção do assédio no local de trabalho e o trabalho do comité consultivo no PE, que redige e publica recomendações neste âmbito, bem como a formação disponível para os membros do PE. Teceu ainda breves considerações sobre o movimento *MeToo*, a política de tolerância zero ao assédio e a necessidade de denúncia desta prática e identificação de comportamentos neste sentido.

Seguiu-se a intervenção da *Primeira Vice-Presidente da Comissão para a Igualdade e Não Discriminação da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa*, Béatrice FRESKO-ROLFO, que deu nota dos trabalhos já realizados neste tema pela Assembleia Parlamentar, incluindo o estudo realizado em 2018 e os seus resultados alarmantes relativamente à violência contra as mulheres. Além do movimento *MeToo*, referiu a ação *Not in My Parliament*, como formas de sensibilização para o tema. Terminou referindo a importância de alterar mentalidades, reconhecendo que o assédio se baseia numa ideia enraizada de desigualdade de género.

Tatyana TEPLOVA, *Chefe de Divisão - Policy Coherence for SDGs, Senior Counsellor, Justice, Gender, Inclusiveness, Public Governance Directorate, OCDE*, divulgou o trabalho realizado de investigação, de identificação de prioridades e de colmatar lacunas no âmbito da igualdade de género na vida pública, devendo esta ser uma prioridade política. Destacou a importância de, no seu trabalho, reunir dados relativamente a questões sobre a igualdade, implementar as normas da OCDE e definir medidas para alcançar um processo decisório equilibrado do ponto de vista do género. Apresentou ainda os progressos já alcançados nesta sede, a *tool box* disponível e em atualização, assim como o plano de ação geral desenvolvido pelo *Gender Mainstreaming Governance*.

No período de debate que se seguiu foram referidas as experiências nesta área na Suécia, sendo um dos países com maiores índices de igualdade de género, embora ainda sejam necessários desenvolvimentos em termos salariais, apontando a igualdade económica como o grande desafio (Helena VILHELMSSON, *Riksdag*), bem como a experiência do Senado francês e a referência a um quadro jurídico sólido, que incorpore a violência contra as mulheres (Pascale GRUNY, Senado de França). Em Itália, a lei eleitoral estabelece regras para a igualdade entre homens e mulheres, mas a complexidade da legislação não permite resultados paritários, tendo o número de mulheres no parlamento diminuído, sendo a igualdade mais fácil de alcançar a nível regional e local, conforme referido por Alessandra MAIORINO, do Senado italiano, que



Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias

referiu ainda que a linguagem geral privilegia o género masculino e que atual o governo italiano negava a utilidade das quotas. Foram ainda referidas as melhorias que se verificaram nesta matéria na Polónia, sobretudo com o desenvolvimento de políticas pró-família e de conciliação da vida profissional e familiar (Teresa WARGOCKA do *Sejm* da Polónia).

As oradoras comentaram as intervenções dos Paramentos nacionais, reiterando a necessidade de mais políticas e mais monitorização sobre o assédio, sobretudo no local de trabalho, assim como a adesão total à Convenção de Istambul.

#### **- Sessão II: Planos de Ação de Género**

Gwendoline DELBOS-CORFIELD, *co-relatora permanente sobre Convenções de Género da Comissão FEMM*, foi a primeira oradora deste painel, tendo referido os trabalhos da Comissão FEMM e a inclusão da perspetiva de género nas atividades do PE, os planos de ação de género de todas as comissões e o procedimento aplicado no início da legislatura em torno da perspetiva de género em todos os elementos da vida parlamentar. Saliu a importância da recolha de dados neste campo e o impacto da recuperação da pandemia na igualdade de género.

Seguiu-se a apresentação da Professora Agnes HUBERT, *Professora do Colégio da Europa, Presidente do G5+, Membro do Alto Conselho para a Igualdade de França*, que destacou a importância da transversalidade neste tema, apresentou uma perspetiva histórica da evolução dos planos de ação de género e um caso prático sobre o tema. Apresentou ainda três elementos essenciais para o êxito destes planos: capacitar (os atores), imbuir (o plano deve conter indicadores, incentivos, ações e estar dentro do trabalho de forma permanente e contínua), usufruir (celebrar os resultados e progressos).

A última intervenção deste painel coube a Helena MORAIS MACEIRA, *Investigadora na área das convenções de género, European Institute for Gender Equality (EIGE)*, que focou a sua intervenção na institucionalização dos instrumentos relativos à perspetiva de género e à importância da auto-avaliação, tendo o EIGE lançado um instrumento para o efeito, utilizado pelos Paramentos da UE para analisar os resultados e apresentar propostas ou criar os planos de ação de género, considerando que a única forma de adequar o plano a cada parlamento é criá-lo a partir da análise e diagnóstico.

Na sessão de debate, foi apresentado brevemente o plano nacional de género grego, tendo sido mencionadas as suas três prioridades: combater a violência de género, participação igual das mulheres do mercado de trabalho e participação igual das mulheres nos processos de tomada de decisão (Anna EFTHYMIU, Parlamento helénico). A perspetiva grega foi também partilhada por Eirini-Eleni AGATHOPOULOU, dando nota das mudanças legislativas para estabelecer uma quota de 40% para presença nas listas eleitorais e das dificuldades relativas às mulheres no mercado de trabalho. No caso do Parlamento checo, foi lançada uma iniciativa que procura conciliar a vida familiar e profissional, encorajando as mulheres a participar na vida política (Lucie POTUCKOVA, do Parlamento da República Checa), e no caso da Roménia foi destacado o baixo número de mulheres no Parlamento e as dificuldades em fazer aprovar projetos de lei que permitam uma maior presença das mulheres nos cadernos eleitorais e nos conselhos de administração das empresas, assim como a relevância de



Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias

rubricas orçamentais destinadas as políticas de igualdade de género (neste sentido, Anca Dana DRAGU, do Senado da Roménia). A questão orçamental e igualdade salarial foi também referida por Heléne FRITZON do PE e por Mireille CLAPOT, da Assembleia Nacional francesa, assim como a facilidade de maior presença das mulheres na vida política local e a elaboração de um guia de orientação para empresários que procuram apoiar a integração das mulheres nas suas empresas (Teresa WARGOCKA, *Sejm*).

A Deputada Patrícia Faro (PS) interveio nesta discussão para dar nota que, em Portugal, apesar dos já 50 anos a viver em democracia, ainda não foi atingido o patamar dos 50% de mulheres nos setores público e privado, com destaque para a dificuldade de chegar a lugares de topo e de decisão. Aludiu também às disposições estatutárias para promover a igualdade, assim como à estratégia nacional para combate à discriminação entre homens e mulheres, violência contra as mulheres e discriminação com base na orientação sexual, assim como às medidas e orientações que serão lançadas para os próximos quatro anos. Frisou que a Assembleia da República ainda não é paritária e a importância de inclusão da dimensão de género no orçamento do Estado e do trabalho a desenvolver ao nível das profissões nas quais um dos géneros se encontra sub-representado. Terminou destacando a importância de envolver toda a comunidade e sociedade nesta luta pela igualdade, referindo-o como um compromisso conjunto que pode mudar a realidade.

As oradoras, nas suas notas finais, relevaram a necessidade de pensar na existência de regras de igualdade de género dentro dos próprios grupos políticos, a importância da independência económica das mulheres e o trabalho que o PE pode desenvolver com os Parlamentos nacionais na adoção de perspetivas de género.

**- Sessão de encerramento**

Robert BIEDRON agradeceu aos colegas dos Parlamentos nacionais a presença e as ideias avançadas no sentido do progresso nestes temas.

O registo vídeo da reunião encontra-se disponível [aqui](#).

Assembleia da República, 25 de janeiro de 2023.

A Chefe da Delegação da Assembleia da República,

(Patrícia Faro)